



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

PREGÃO ELETRÔNICO FMS

003/2025

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASTRAÇÃO CIRÚRGICA DE CÃES E GATOS, INCLUINDO EXAMES PRÉ-OPERATÓRIOS, ANESTESIA, PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, MEDICAMENTOS PÓS-OPERATÓRIOS**, DESTINADOS A ANIMAIS DE RUA, COMUNITÁRIOS, SEMIDOMICILIADOS OU PERTENCENTES A FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E/OU PROTETORES INDEPENDENTES CADASTRADOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA/SC, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS ESTIMADOS NESTE DOCUMENTO E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 160.412,00 (cento e sessenta mil, quatrocentos e doze reais)

1/72

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13 de agosto de 2025 às 09h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Lote

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

FMS DE VARGEM BONITA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

(Processo Administrativo nº008/2025)

Torna-se público que o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.536.938/0001-84 situado à Rua Coronel Vitório, nº 966, Centro, Vargem Bonita, SC, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASTRAÇÃO CIRÚRGICA DE CÃES E GATOS, INCLUINDO EXAMES PRÉ-OPERATÓRIOS, ANESTESIA, PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, MEDICAMENTOS PÓS-OPERATÓRIOS, DESTINADOS A ANIMAIS DE RUA, COMUNITÁRIOS, SEMIDOMICILIADOS OU PERTENCENTES A FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E/OU PROTETORES INDEPENDENTES CADASTRADOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA/SC, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS ESTIMADOS NESTE DOCUMENTO E SEUS ANEXOS.

2/72

1.2. A licitação será realizada em lote, conforme tabela constante no Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras da administração Municipal (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no portal <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

2.5. Para todos os itens, a participação não é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de

3/72



Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.9.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5/72



Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário do item e total do lote;

4.1.2. Marca, quando cabível;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

6/72



Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado sobre o valor por item/lote.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance percentual de desconto inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01* (zero virgula zero um por cento).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10/72

5.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

5.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo:

5.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

12/72

6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio dos documentos apresentados.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

13/72

7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10. A verificação dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar A ata de registro de preço e/ou Termo de Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. O Contrato será assinado por meio de assinatura digital ou assinatura física.

8.4. O preço contratado com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do Contrato.

8.5. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

15/72

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17/72

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.
- 12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 12.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 12.11.1.2. ANEXO II – Documentos de habilitação do fornecedor
 - 12.11.2. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
 - 12.11.3. ANEXO IV – Modelo da Carta de Preposto

18/72

Vargem Bonita, 29 de julho de 2025.

NADIR PONTIN
Prefeito de Vargem Bonita



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PREGÃO ELETRÔNICO N. 003/2025

(Processo Administrativo n.008/2025)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência em epígrafe tem por finalidade, atender ao disposto na legislação vigente, no que concerne às contratações públicas, em especial ao artigo 37, inciso XXI da CRFB/88 e aos dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão o Processo Licitatório.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Natureza

Os objetos da presente demanda são de natureza comum, podendo ser definidos no edital por meio de especificações objetivas que se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no mercado, visando o registro de preço.

19/72

1.2. Quantitativos e especificação do produto

O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de castração cirúrgica de cães e gatos, incluindo exames pré-operatórios, anestesia, procedimento cirúrgico, medicamentos pós-operatórios, destinados a animais de rua, comunitários, semidomiciliados ou pertencentes a famílias de baixa renda e/ou protetores independentes cadastrados, no âmbito do Município de Vargem Bonita/SC, conforme as especificações, condições e quantitativos estimados neste documento e seus anexos.

Item	Descrição	Quantidade
1	Orquiectomia Cachorro (Macho), incluso medicamentos pré e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	50



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

2	Ovário-Histerectomia Cachorro - (Fêmea), incluso medicamentos pré e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	100
3	Orquiectomia Gato (Macho), incluso medicamentos pré e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	50
4	Ovário-Histerectomia Gato (Fêmea), incluso medicamentos pre e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	60
5	Diária de Internação - Eventual	50
6	Consulta	100
7	Raio x	50
8	Ultrassom	50
9	Raspado de pele (sarna)	50
10	Hemograma	100
11	Meloxicam 0,2mg	20
12	Meloxicam 0,5mg	20
13	Meloxicam 2mg	20
14	Meloxicam 2%	20
15	Dipirona 500mg/ml	20
16	Prednisona 5mg	50
17	Prednisona 20mg	50
18	Carpoflan 25mg	50
19	Carpoflan 75mg	50
20	Carpoflan 100mg	30
21	Fosfato sódico de prednisona 3mg/ml	30

20/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

22	Dexametasona 4mg/ml 2,5ml	30
23	Tramadol 100mg/2ml	100
24	Metadona 10mg/ml	100
25	Morfina 10mg/ml	100
26	Ondansetrona 2mg/ml 4ml	100
27	Citrato de maropitant 10mg/ml	30
28	Cetoconazol 25mg	100
29	Cetoconazol 50mg	100
30	Cetoconazol 100mg	100
31	Amoxicilina com clavulanato de potássio 200mg/50mg	50
32	Doxiciclina 80mg	100
33	Doxiciclina 200mg	100
34	Cefalexina 75mg	100
35	Cefalexina 300mg	100
36	Cefalexina 500mg	100
37	Ceftriaxona 1g	50
38	Enrofloxacin 50mg	50
39	Enrofloxacin 150mg	50
40	Omeprazol 10mg	50

21/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

41	Sarolaner 5mg	10
42	Sarolaner 10mg	10
43	Sarolaner 20mg	10
44	Sarolaner 40mg	10
45	Sarolaner 80mg	10
46	Sarolaner 120mg	10
47	Lotilaner 56,25 mg	10
48	Lotilaner 112,5mg	10
49	Lotilaner 225mg	10
50	Xampu com clorexidine a 2%+ miconazol a 2,5%-200 ml	10
51	Xampu com peroxido de benzoíla 3,5g/ glicerina 1,03g (em 100ml)	10
52	Vacina antirrábica	100
53	Cetamina 10%	10
54	Xilazina 2%	10
55	Acepran 0,2%	10
56	Diazepan 10mg/2ml	10
57	Propofol 10mg/ml	10
58	Gabapentina 50mg	50
59	Isoflurano	10

22/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

60	Sulfato de atropina 0,5mg/ml	30
61	Epinefrina 1mg/ml	100
62	Noraepinefrina 1mg/ml + A94	10
63	Cloreto de potássio 19,1% 10ml	10
64	Glicose 50% 10ml	100
65	Seringa 1ml	400
66	Seringa 5ml	400
67	Equipo macrogotas	300
68	Cateter intravenoso	300
69	Solução de cloreto de sódio 0,9% 500ml	200
70	Solução de ringer com lactato 500ml	150
71	Vacina viroses cães	200
72	Vacina viroses gatos	200
73	Teste leishmaniose	50

23/72

1.3. Prazo e eventual prorrogação



Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

A Ata de Registro de preços terá vigência de 12 meses podendo prorrogada por igual período renovando seu prazo e quantidades desde que comprovada a vantajosidade para a administração pública.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa evitar a procriação indesejada de cães e gatos e contribuir para a diminuição da incidência de animais nas ruas do município, minimizando os riscos de zoonoses, tanto em animais quanto na população. A saúde dos animais está intimamente ligada à saúde humana, segundo especialistas a “saúde humana está diretamente relacionada à saúde animal”, existindo “mais de 600 patógenos que afetam as pessoas e que podem ser transmitidos pelos animais”. Por ser também uma questão humanitária a esterilização de animais objetiva findar a presença de animais errantes no Município e a alternativa é exatamente, a castração dos animais pobres, cujas crias indesejadas são cotidianamente abandonadas nos logradouros da nossa cidade e se tornam um problema de ordem pública. Levamos em conta ainda, que o Município não dispõe deste tipo de serviço, como também não dispõe de Servidores especializados e clínica apropriada para a execução de serviços desta natureza. Diante disso, a Municipalidade decide pela contratação de Pessoa Jurídica para a execução destes serviços. O controle de zoonoses em cães e gatos é uma ação essencial para a promoção da saúde pública e o bem-estar da população humana e animal. Em Vargem Bonita, a presença significativa de animais domésticos, tanto domiciliados quanto em situação de abandono, representa um potencial risco para a transmissão de doenças zoonóticas, como raiva, leishmaniose, leptospirose, toxoplasmose, sarna e outras infecções parasitárias.

24/72

A ausência ou fragilidade de políticas públicas efetivas para o controle populacional e sanitário desses animais pode resultar no aumento descontrolado da população canina e felina, contribuindo para a disseminação de agentes patogênicos, acidentes por mordedura, impactos ambientais e conflitos com a comunidade. A atuação do serviço de controle de zoonoses se mostra, portanto, fundamental na vigilância, prevenção e combate dessas doenças, alinhando-se às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Saúde Ambiental. Além disso, ações como a vacinação antirrábica, a castração, o monitoramento de doenças, a educação em saúde e o resgate de animais em situação de risco são medidas que reduzem a transmissão de zoonoses, promovem o bem-estar animal e garantem maior segurança à população. A implementação e o fortalecimento das atividades do controle de zoonoses no município de Vargem Bonita representam, portanto, um investimento estratégico em saúde pública, proteção ambiental e qualidade de vida da população.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução que melhor atende às necessidades das Secretarias Municipais e dos Fundos Municipais, bem como a que traz maiores ganhos do ponto de vista da economicidade e do interesse público é o Registro de Preços do objeto licitado, por meio de Pregão Eletrônico com o objetivo de realizar futuras aquisições de forma parcelada do item, de acordo com a necessidade do Município.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Cabe à proponente VENCEDORA:

O licitante vencedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues, bem como, deverá fornecer diretamente o objeto, **não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto (quando admitida a subcontratação deve constar que poderá transferir)** demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

O licitante vencedor deverá fornecer o objeto em embalagem íntegra, sem violações, corrosões ou deformidades, devendo ser de boa qualidade e procedência. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

Além disso, o FORNECEDOR deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e deverá ainda:

✓ Fornecer os serviços de acordo com as necessidades do Município de Vargem Bonita, entregando-o no prazo máximo de 10 dias, contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

25/72

✓ Cotar e entregar serviços e insumos necessários para o serviço em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

✓ Fornecer materiais de primeira qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um, e apresentar as características originais do fabricante quando aplicável.

✓ Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas, exigindo-se que o produto esteja dentro do prazo de validade quando aplicável.

✓ Arcar com as despesas de transporte, deslocamento e frete referentes às buscas e devoluções de animais.

✓ **Arcar com as despesas de descarte em caso de óbito do animal**, entregando relatório devidamente formalizado explicando causas da morte, horário e demais dados pertinentes à fiscal do contrato e Agente Sanitarista – Jussara Aparecida da Cruz Semioni.

✓ Atender e manter as condições de habilitação.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

✓ Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

✓ Na execução do objeto, os empregados da proponente vencedora deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual, além de possuir as ferramentas necessárias à perfeita execução do objeto.

Quanto as obrigações específicas da presente licitação:

a) recolher os animais incluídos no Programa Municipal de Zoonoses e Natalidade de Cães e Gatos do Município de Vargem Bonita nos locais indicados pelo responsável e transporta-los até a Clínica Veterinária Contratada.

b) Entregar os Animais, após o procedimento cirúrgico, nos locais indicados pelo responsável do Programa Municipal de Zoonoses e Natalidade de Cães e Gatos, em Vargem Bonita - SC.

c) garantir o acompanhamento veterinário dos animais cadastrados até a cicatrização da ferida cirúrgica e sua completa recuperação;

d) ter capacidade de realizar mensalmente, cirurgias de esterilização, incluindo, pré-operatório (hemograma completo, jejum, tricotomia e internação) e pós-operatório (administração de medicação para o curativo da ferida cirúrgica até sua cicatrização), em dias úteis e horário comercial. A retirada dos pontos é de inteira responsabilidade da contratada;

e) ter veículos credenciados e com capacidade de transportar os animais;

f) permitir o acesso às suas instalações de qualquer técnico formalmente indicado pelo setor da Vigilância Sanitária para realizar supervisão técnica, controle e fiscalização da execução do contrato;

g) permitir a fiscalização por médico (a) veterinário (a) do Município e Vigilância Sanitária, quanto à técnica cirúrgica empregada e quanto ao protocolo anestésico utilizado, de modo a manter uniformidade nos procedimentos (de acordo com as normas do conselho federal de medicina veterinária);

h) disponibilizar ficha para o setor de Vigilância Sanitária, relatando as informações dos animais, referente a dados clínicos, cirúrgicos e laboratoriais, assim como a descrição de materiais e medicamentos utilizados em todo o procedimento cirúrgico de esterilização dos animais, desde procedimentos pré-operatórios até o pós-operatório com a retirada dos pontos;

i) após o procedimento cirúrgico e recuperação do animal emitir declaração da devolução do animal em seu local de origem com assinatura de seu responsável, todavia o mesmo que realizou o cadastro junto ao Setor de Vigilância Sanitária;

26/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

j) fornecer receituário, no momento da alta do animal, com orientações e prescrições médicas necessárias para o período pós-operatório, que será entregue para o responsável do animal, o mesmo responsável que faz o cadastro do animal deverá assinar o recibo de devolução do animal;

k) responsabilizar-se por complicações pré-operatório, transoperatório ou pós-operatório

(imediato, mediato e tardio);

l) possuir profissionais habilitados junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária para que realizem os procedimentos veterinários estabelecidos no contrato;

m) é vedado exigir qualquer ajuda, auxílio, colaboração e induzir o responsável do animal a comprar produtos ou medicamentos veterinários, bem como condicionar o atendimento a compra dos mesmos;

n) caberá à Clínica Veterinária ou hospital veterinário contratado as orientações dos cuidados pré cirúrgicos, dos riscos anestésicos e inerentes aos procedimentos trans cirúrgicos e dos cuidados pós-cirúrgicos até o completo restabelecimento do animal;

o) A Clínica Veterinária ou hospital veterinário contratado deverá atender aos casos de

27/72

Intercorrências ou complicações decorrentes do procedimento cirúrgico de esterilização;

p) É de responsabilidade da Clínica Veterinária ou hospital veterinário contratado elaborar

relatórios periódicos (mensais) dos procedimentos realizados com a indicação do número de procedimentos realizados no período, identificação dos animais submetidos aos procedimentos realizados no período de acordo com o cadastramento fornecido pela Secretaria de Saúde (Vigilância Sanitária);

q) caberá à Clínica Veterinária ou hospital veterinário orientar e entregar por escrito ao responsável pelo animal as recomendações pós-operatórias, a saber:

I - Acomodação e alojamento de enfermagem e curativos para prevenir a deiscência de pontos ou contaminação da ferida cirúrgica;

II - Orientação de cuidados de enfermagem e curativos para prevenir a deiscência de pontos ou contaminação da ferida cirúrgica;

III - Prescrição de antibióticos e analgésicos e de medicamentos complementares, quando for o caso;

IV - Retorno para a realização de curativo e para retirada de pontos e/ou suturas ou em conformidade com a avaliação do Médico Veterinário responsável pelo procedimento.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

r) A Clínica Veterinária ou hospital veterinário deverá prestar gratuitamente aos animais

selecionados e/ou seus respectivos donos ou responsáveis, os serviços de triagem hemograma completo, jejum, tricotomia, esclarecimentos sobre o procedimento cirúrgico), execução de procedimentos contraceptivos de ovários-histerectomia e orquiectomia em cães através de procedimentos anestésicos cirúrgicos realizados exclusivamente por Médico Veterinário devidamente habilitado e pós-cirúrgico (curativos e retiradas dos pontos ou qualquer problema ocorrido relacionados com a cirurgia de esterilização), respeitando os preceitos técnicos e éticos, nos animais previamente cadastrados pela Vigilância Sanitária Municipal;

s) Todos os materiais e medicamentos utilizados são de responsabilidade da contratada e deverão possuir registro junto ao Ministério da Saúde da Agricultura Pecuária e Abastecimento, com indicações de uso aos procedimentos realizados;

t) vedado o direito de escolher entre espécie, raça, porte, peso, sexo do animal que será realizado o procedimento de esterilização;

u) A clínica Veterinária ou hospital veterinário contratado passa ser responsável pela efetiva realização do procedimento pré-operatório até o pleno restabelecimento do paciente. Nos casos

em que o animal não for considerado apto à realização do procedimento cirúrgico por causas mórbidas, a contratada deverá informar ao Setor de Vigilância Sanitária Municipal, que disponibilizará a vaga a outro animal.

28/72

v) Será de responsabilidade da licitante contratada, quando houver ocorrências de mordeduras e arranhões de animais (gatos e cachorros) em humanos; da avaliação e triagem, procedendo o monitoramento por 10 dias; deve-se averiguar a existência de proprietário ou guardião responsável para que se proceda em acordo com o veterinário responsável, a captura e apreensão, ficando isolado, apenas com alimentação (comida e água) até a liberação pela contratada.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Da área solicitante e da fiscalização

5.1.1. Fica a Secretaria Municipal de Saúde de Vargem Bonita/SC responsável pela fiscalização e acompanhamento do presente contrato, nos moldes da Lei nº 14.133/2021. A fiscalização na entrega e controle referente à quantidade/qualidade dos produtos desta licitação será de competência, também, da Unidade Gestora

5.1.2. As comunicações entre o Órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

5.1.3. O Órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.1.4. Cabe à Unidade Gestora:

5.1.4.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

5.1.4.2. Fiscalizar a execução do objeto através do Fiscal do Contrato.

5.1.4.3. Efetuar o pagamento a proponente vencedora de acordo com o estipulado neste Edital.

5.1.4.4. Emitir a Solicitação de Fornecimento para que a proponente vencedora proceda à efetiva execução do objeto.

5.1.4.5. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento dos objetos deste documento.

5.1.4.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

5.1.4.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.

5.1.4.8. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.

5.1.4.9. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5.1.4.10. Conceder prazo de 3 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

5.1.4.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

5.1.4.12. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1. O Município de Vargem Bonita efetuará o pagamento dos objetos desta licitação, ao(s) licitante(s) vencedor (es), após o fornecimento, em até 10 (dias) dias, a partir da data de emissão da Nota Fiscal devidamente atestada(s) pelo servidor responsável pelo recebimento.

6.2. O pagamento será efetuado mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou por boleto bancário.

29/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a autorização de fornecimento, descrevendo o serviço prestado, a quantidade, preço unitário, preço total e número da autorização de fornecimento.

6.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

6.5. Os bens poderão ser rejeitados no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, inclusive por eventuais perdas e danos decorrentes da mora.

6.6. Deverá ser emitida Nota Fiscal em nome do Município de Vargem Bonita/SC, com a seguinte descrição: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ n. 95.996.187/0001-31, com sede física na rua Coronel Vitório, 966, Centro, Vargem Bonita/SC.

30/72

6.7. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

7.2. O fornecimento do objeto será PARCELADO, de acordo com as necessidades das Secretarias requisitantes.

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos.

7.3.1. Capacidade Jurídica: Documentos que comprovem a constituição jurídica da empresa, como contrato social ou estatuto registrado, e alterações posteriores que estejam devidamente registradas (Lei 14.133/2021, art. 66).

7.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista: Comprovação de regularidade com as fazendas públicas federal, estadual e municipal, além de estar em dia com as obrigações sociais e trabalhistas. Isso inclui certidões negativas de débitos ou certidões positivas com efeito de negativa (Lei 14.133/2021, art. 67).



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

7.3.3. Qualificação Técnica: Comprovação da capacidade técnica para realização do objeto da licitação, que pode incluir atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado (Lei 14.133/2021, art. 68).

7.3.4. Qualificação Econômico-Financeira: Demonstração da saúde financeira da empresa, que pode ser feita por meio de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, evidenciando liquidez e solvência (Lei 14.133/2021, art. 69).

7.3.5. Além desses requisitos, é a apresentação de declaração de que o licitante atende aos requisitos de habilitação, com a responsabilidade do declarante pela veracidade das informações (Lei 14.133/2021, art. 63, inciso I).

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Quantidade	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	Orquiectomia Cachorro (Macho), incluso medicamentos pré e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	50	R\$ 233,06	R\$ 11.653,00
2	Ovário-Histerectomia Cachorro - (Fêmea), incluso medicamentos pré e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	100	R\$ 294,44	R\$ 29.444,00
3	Orquiectomia Gato (Macho), incluso medicamentos pré e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	50	R\$ 191,01	R\$ 9.550,50
4	Ovário-Histerectomia Gato (Fêmea), incluso medicamentos pre e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	60	R\$ 255,00	R\$ 15.300,00
5	Diária de Internação - Eventual	50	R\$ 86,94	R\$ 4.347,00
6	Consulta	100	R\$ 96,28	R\$ 9.628,00
7	Raio x	50	R\$ 208,28	R\$ 10.414,00
8	Ultrassom	50	R\$ 240,45	R\$ 12.022,50

31/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

9	Raspado de pele (sarna)	50	R\$ 101,33	R\$ 5.066,50
10	Hemograma	100	R\$ 56,44	R\$ 5.644,00
11	Meloxicam 0,2mg	20	R\$ 53,08	R\$ 1.061,60
12	Meloxicam 0,5mg	20	R\$ 18,51	R\$ 370,20
13	Meloxicam 2mg	20	R\$ 26,47	R\$ 529,40
14	Meloxicam 2%	20	R\$ 88,78	R\$ 1.775,60
15	Dipirona 500mg/ml	20	R\$ 10,23	R\$ 204,60
16	Prednisona 5mg	50	R\$ 0,40	R\$ 20,00
17	Prednisona 20mg	50	R\$ 0,47	R\$ 23,50
18	Carpoflan 25mg	50	R\$ 4,68	R\$ 234,00
19	Carpoflan 75mg	50	R\$ 3,90	R\$ 195,00
20	Carpoflan 100mg	30	R\$ 7,10	R\$ 213,00
21	Fosfato sódico de prednisona 3mg/ml	30	R\$ 12,45	R\$ 373,50
22	Dexametasona 4mg/ml 2,5ml	30	R\$ 19,48	R\$ 584,40
23	Tramadol 100mg/2ml	100	R\$ 0,94	R\$ 94,00
24	Metadona 10mg/ml	100	R\$ 2,69	R\$ 269,00
25	Morfina 10mg/ml	100	R\$ 2,01	R\$ 201,00
26	Ondansetrona 2mg/ml 4ml	100	R\$ 1,40	R\$ 140,00

32/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

27	Citrato de maropitant 10mg/ml	30	R\$ 36,95	R\$ 1.108,50
28	Cetoconazol 25mg	100	R\$ 1,36	R\$ 136,00
29	Cetoconazol 50mg	100	R\$ 1,36	R\$ 136,00
30	Cetoconazol 100mg	100	R\$ 1,36	R\$ 136,00
31	Amoxicilina com clavulanato de potássio 200mg/50mg	50	R\$ 3,05	R\$ 152,50
32	Doxiciclina 80mg	100	R\$ 0,58	R\$ 58,00
33	Doxicilina 200mg	100	R\$ 1,89	R\$ 189,00
34	Cefalexina 75mg	100	R\$ 0,95	R\$ 95,00
35	Cefalexina 300mg	100	R\$ 0,95	R\$ 95,00
36	Cefalexina 500mg	100	R\$ 0,95	R\$ 95,00
37	Ceftriaxona 1g	50	R\$ 7,28	R\$ 364,00
38	Enrofloxacinina 50mg	50	R\$ 16,04	R\$ 802,00
39	Enrofloxacinina 150mg	50	R\$ 32,51	R\$ 1.625,50
40	Omeprazol 10mg	50	R\$ 0,05	R\$ 2,50
41	Sarolaner 5mg	10	R\$ 111,28	R\$ 1.112,80
42	Sarolaner 10mg	10	R\$ 111,28	R\$ 1.112,80
43	Sarolaner 20mg	10	R\$ 111,28	R\$ 1.112,80
44	Sarolaner 40mg	10	R\$ 111,28	R\$ 1.112,80
45	Sarolaner 80mg	10	R\$ 111,28	R\$ 1.112,80

33/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

46	Sarolaner 120mg	10	R\$ 111,28	R\$ 1.112,80
47	Lotilaner 56,25 mg	10	R\$ 82,49	R\$ 824,90
48	Lotilaner 112,5mg	10	R\$ 82,49	R\$ 824,90
49	Lotilaner 225mg	10	R\$ 82,49	R\$ 824,90
50	Xampu com clorexidine a 2%+ miconazol a 2,5%-200 ml	10	R\$ 30,19	R\$ 301,90
51	Xampu com peroxido de benzoila 3,5g/ glicerina 1,03g (em 100ml)	10	R\$ 30,19	R\$ 301,90
52	Vacina antirrábica	100	R\$ 22,59	R\$ 2.259,00
53	Cetamina 10%	10	R\$ 140,17	R\$ 1.401,70
54	Xilazina 2%	10	R\$ 42,20	R\$ 422,00
55	Acepran 0,2%	10	R\$ 31,67	R\$ 316,70
56	Diazepan 10mg/2ml	10	R\$ 0,56	R\$ 5,60
57	Propofol 10mg/ml	10	R\$ 67,71	R\$ 677,10
58	Gabapentina 50mg	50	R\$ 2,28	R\$ 114,00
59	Isoflurano	10	R\$ 211,33	R\$ 2.113,30

34/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

60	Sulfato de atropina 0,5mg/ml	30	R\$ 15,05	R\$ 451,50
61	Epinefrina 1mg/ml	100	R\$ 1,48	R\$ 148,00
62	Noraepinefrina 1mg/ml + A94	10	R\$ 4,12	R\$ 41,20
63	Cloreto de potássio 19,1% 10ml	10	R\$ 17,68	R\$ 176,80
64	Glicose 50% 10ml	100	R\$ 0,87	R\$ 87,00
65	Seringa 1ml	400	R\$ 0,19	R\$ 76,00
66	Seringa 5ml	400	R\$ 0,30	R\$ 120,00
67	Equipo macrogotas	300	R\$ 1,05	R\$ 315,00
68	Cateter intravenoso	300	R\$ 0,83	R\$ 249,00
69	Solução de cloreto de sódio 0,9% 500ml	200	R\$ 4,14	R\$ 828,00
70	Solução de ringer com lactato 500ml	150	R\$ 6,89	R\$ 1.033,50
71	Vacina viroses cães	200	R\$ 30,73	R\$ 6.146,00
72	Vacina viroses gatos	200	R\$ 21,39	R\$ 4.278,00
73	Teste leishmaniose	50	R\$ 100,88	R\$ 5.044,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:				R\$ 160.412,00

35/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

8.1. O custo total estimado da contratação é de **R\$ 160.412,00 (cento e sessenta mil, quatrocentos e doze reais)**

8.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

8.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.2.3. O valor do contrato será reajustado conforme disposto no instrumento contratual

8.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

36/72

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, previstas para este exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

DOTAÇÃO

☐ **Unidade: Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social**

☐ **DESPESA: 8**

10. INDICAÇÃO DO LOCAL DE ENTREGA

Deverá ser buscado o animal, realizado procedimentos conforme necessário e previsto na Ata de Registro de Preços e entregue novamente no município com as condições de saúde do animal estabilizadas ou mediante ordem do gerenciador da Ata/Contrato.

11. DA GARANTIA EXIGIDA



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

A contratada deverá prestar garantia conforme disposto no art. 26 da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de defesa do Consumidor).

12. TERMO DE ACEITE

Declaro, nos termos da Lei 14.133/2021, que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse Processo Licitatório, acompanhando e anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que se fizer necessário à regularização das faltas ou defeitos para exigir seu fiel cumprimento.

Nome Fiscal: Jussara Aparecida da Cruz Semioni

Matricula: 772

Cargo/função: Agente Sanitarista

Unidade: Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Fone para contato: 49 3548 3000

E-mail para contato: secsaude@vargembonita.sc.gov.br

Assinatura do fiscal: _____

37/72

Vargem Bonita/SC, 29/07/2025.

ROSNANCI COVOLAN PONTIN

Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

PREGÃO ELETRÔNICO N. 003/2025
(Processo Administrativo n.008/2025)

Apêndice do Anexo I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenda à necessidade abaixo especificada, cujo objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação visa evitar a procriação indesejada de cães e gatos e contribuir para a diminuição da incidência de animais nas ruas do município, minimizando os riscos de zoonoses, tanto em animais quanto na população. A saúde dos animais está intimamente ligada à saúde humana, segundo especialistas a “saúde humana está diretamente relacionada à saúde animal”, existindo “mais de 600 patógenos que afetam as pessoas e que podem ser transmitidos pelos animais”. Por ser também uma questão humanitária a esterilização de animais objetiva findar a presença de animais errantes no Município e a alternativa é exatamente, a castração dos animais pobres, cujas crias indesejadas são cotidianamente abandonadas nos logradouros da nossa cidade e se tornam um problema de ordem pública. Levamos em conta ainda, que o Município não dispõe deste tipo de serviço, como também não dispõe de Servidores especializados e clínica apropriada para a execução de serviços desta natureza. Diante disso, a Municipalidade decide pela contratação de Pessoa Jurídica para a execução destes serviços. O controle de zoonoses em cães e gatos é uma ação essencial para a promoção da saúde pública e o bem-estar da população humana e animal. Em Vargem Bonita, a presença significativa de animais domésticos, tanto domiciliados quanto em situação de abandono, representa um potencial risco para a transmissão de doenças zoonóticas, como raiva, leishmaniose, leptospirose, toxoplasmose, sarna e outras infecções parasitárias.

38/72

A ausência ou fragilidade de políticas públicas efetivas para o controle populacional e sanitário desses animais pode resultar no aumento descontrolado da população canina e felina, contribuindo para a disseminação de agentes patogênicos, acidentes por mordedura, impactos



ambientais e conflitos com a comunidade. A atuação do serviço de controle de zoonoses se mostra, portanto, fundamental na vigilância, prevenção e combate dessas doenças, alinhando-se às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Saúde Ambiental. Além disso, ações como a vacinação antirrábica, a castração, o monitoramento de doenças, a educação em saúde e o resgate de animais em situação de risco são medidas que reduzem a transmissão de zoonoses, promovem o bem-estar animal e garantem maior segurança à população. A implementação e o fortalecimento das atividades do controle de zoonoses no município de Vargem Bonita representam, portanto, um investimento estratégico em saúde pública, proteção ambiental e qualidade de vida da população.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Atualmente o município não possui Plano Anual de Contratações. Conforme o inciso VII do artigo 12 da Lei nº 14.133/2021, a elaboração do Plano de Contratações Anual é facultativa, permitindo que cada órgão ou entidade decida sobre sua conveniência e necessidade (NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo, 7 ed., Belo Horizonte: Editora Fórum, 2024, Capítulo 9).

39/72

Em municípios menores, as demandas por contratações públicas podem ser menos frequentes e menos complexas, o que pode tornar a elaboração de um Plano de Contratações Anual menos crítica do que em contextos de maior escala. Além disso, a capacidade administrativa limitada, frequentemente encontrada em municípios de menor porte, pode ser um fator adicional para optar por não implementar tal plano, especialmente se considerarmos os custos administrativos e de gestão associados à sua elaboração e manutenção.

O Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.637/2021, reconheceu que, embora o Plano de Contratações Anual contribua para a eficiência e transparência, sua utilização não é obrigatória de forma expressa pela legislação (TCU, Plenário. Acórdão nº 1.637/2021. Rel. Min. Augusto Sherman, j. 7.7.2021). Isso reforça a ideia de que, especialmente para municípios menores, a decisão de não implementar um plano pode ser perfeitamente alinhada com a legislação vigente, desde que as contratações realizadas sigam os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

Trata-se de contratação para aquisição de forma parcelada de castrações de gatos e cachorros em situação de abandono, do município de Vargem Bonita/SC, mediante realização de Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O licitante vencedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues, bem como, deverá fornecer diretamente o objeto, **não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto (quando admitida a subcontratação deve constar que poderá transferir)** demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

O licitante vencedor deverá fornecer o objeto em embalagem íntegra, sem violações, corrosões ou deformidades, devendo ser de boa qualidade e procedência. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

40/72

Além disso, o FORNECEDOR deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e deverá ainda:

✓ Fornecer os materiais de acordo com as necessidades do Município de Vargem Bonita, entregando-o no prazo máximo de 30 dias, contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

✓ Cotar e entregar materiais em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

✓ O objeto deverá ser entregue nos locais definidos pelo setor requisitante, durante o horário de funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

✓ Fornecer materiais de primeira qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um, e apresentar as características originais do fabricante quando aplicável.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

✓ Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas, exigindo-se que o produto esteja dentro do prazo de validade quando aplicável.

✓ Arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos materiais, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

✓ Atender e manter as condições de habilitação.

✓ Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

✓ Na execução do objeto o fornecedor deverá fornecer e disponibilizar, em tempo integral, todos os EPIs e EPC's, em conformidade com a legislação vigente, de forma a atender toda a equipe, orientando-a sobre seu correto e indispensável uso.

41/72

✓ Na execução do objeto, os empregados da proponente vencedora deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual, além de possuir as ferramentas necessárias à perfeita execução do objeto.

Quanto as obrigações específicas da presente licitação:

a) recolher os animais incluídos no Programa Municipal de Zoonoses e Natalidade de Cães e Gatos do Município de Vargem Bonita nos locais indicados pelo responsável e transporta-los até a Clínica Veterinária Contratada.

b) Entregar os Animais, após o procedimento cirúrgico, nos locais indicados pelo responsável do Programa Municipal de Zoonoses e Natalidade de Cães e Gatos, em Vargem Bonita - SC.

c) garantir o acompanhamento veterinário dos animais cadastrados até a cicatrização da ferida cirúrgica e sua completa recuperação;



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

d) ter capacidade de realizar mensalmente, cirurgias de esterilização, incluindo, pré-operatório (hemograma completo, jejum, tricotomia e internação) e pós-operatório (administração de medicação para o curativo da ferida cirúrgica até sua cicatrização), em dias uteis e horário comercial. A retirada dos pontos é de inteira responsabilidade da contratada;

e) ter veículos credenciados e com capacidade de transportar os animais;

f) permitir o acesso às suas instalações de qualquer técnico formalmente indicado pelo setor da Vigilância Sanitária para realizar supervisão técnica, controle e fiscalização da execução do contrato;

g) permitir a fiscalização por médico (a) veterinário (a) do Município e Vigilância Sanitária, quanto à técnica cirúrgica empregada e quanto ao protocolo anestésico utilizado, de modo a manter uniformidade nos procedimentos (de acordo com as normas do conselho federal de medicina veterinária);

42/72

h) disponibilizar ficha para o setor de Vigilância Sanitária, relatando as informações dos animais, referente a dados clínicos, cirúrgicos e laboratoriais, assim como a descrição de materiais e medicamentos utilizados em todo o procedimento cirúrgico de esterilização dos animais, desde procedimentos pré-operatórios até o pós-operatório com a retirada dos pontos;

i) após o procedimento cirúrgico e recuperação do animal emitir declaração da devolução do animal em seu local de origem com assinatura de seu responsável, todavia o mesmo que realizou o cadastro junto ao Setor de Vigilância Sanitária;

j) fornecer receituário, no momento da alta do animal, com orientações e prescrições médicas necessárias para o período pós-operatório, que será entregue para o responsável do animal, o mesmo responsável que faz o cadastro do animal deverá assinar o recibo de devolução do animal;

k) responsabilizar-se por complicações pré-operatório, transoperatório ou pós-operatório (imediato, mediato e tardio);

l) possuir profissionais habilitados junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária para que realizem os procedimentos veterinários estabelecidos no contrato;



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

m) é vedado exigir qualquer ajuda, auxílio, colaboração e induzir o responsável do animal a comprar produtos ou medicamentos veterinários, bem como condicionar o atendimento a compra dos mesmos;

n) caberá à Clínica Veterinária ou hospital veterinário contratado as orientações dos cuidados pré cirúrgicos, dos riscos anestésicos e inerentes aos procedimentos trans cirúrgicos e dos cuidados pós-cirúrgicos até o completo restabelecimento do animal;

o) A Clínica Veterinária ou hospital veterinário contratado deverá atender aos casos de Intercorrências ou complicações decorrentes do procedimento cirúrgico de esterilização;

p) É de responsabilidade da Clínica Veterinária ou hospital veterinário contratado elaborar relatórios periódicos (mensais) dos procedimentos realizados com a indicação do número de procedimentos realizados no período, identificação dos animais submetidos aos procedimentos realizados no período de acordo com o cadastramento fornecido pela Secretaria de Saúde (Vigilância Sanitária);

43/72

q) caberá à Clínica Veterinária ou hospital veterinário orientar e entregar por escrito ao responsável pelo animal as recomendações pós-operatórias, a saber:

I - Acomodação e alojamento de enfermagem e curativos para prevenir a deiscência de pontos ou contaminação da ferida cirúrgica;

II - Orientação de cuidados de enfermagem e curativos para prevenir a deiscência de pontos ou contaminação da ferida cirúrgica;

III - Prescrição de antibióticos e analgésicos e de medicamentos complementares, quando for o caso;

IV - Retorno para a realização de curativo e para retirada de pontos e/ou suturas ou em conformidade com a avaliação do Médico Veterinário responsável pelo procedimento.

r) A Clínica Veterinária ou hospital veterinário deverá prestar gratuitamente aos animais selecionados e/ou seus respectivos donos ou responsáveis, os serviços de triagem hemograma



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

completo, jejum, tricotomia, esclarecimentos sobre o procedimento cirúrgico), execução de procedimentos contraceptivos de ovários-histerectomia e orquiectomia em cães através de procedimentos anestésicos cirúrgicos realizados exclusivamente por Médico Veterinário devidamente habilitado e pós-cirúrgico (curativos e retiradas dos pontos ou qualquer problema ocorrido relacionados com a cirurgia de esterilização), respeitando os preceitos técnicos e éticos, nos animais previamente cadastrados pela Vigilância Sanitária Municipal;

s) Todos os materiais e medicamentos utilizados são de responsabilidade da contratada e deverão possuir registro junto ao Ministério da Saúde da Agricultura Pecuária e Abastecimento, com indicações de uso aos procedimentos realizados;

t) vedado o direito de escolher entre espécie, raça, porte, peso, sexo do animal que será realizado o procedimento de esterilização;

u) A clínica Veterinária ou hospital veterinário contratado passa ser responsável pela efetiva realização do procedimento pré-operatório até o pleno restabelecimento do paciente. Nos casos em que o animal não for considerado apto à realização do procedimento cirúrgico por causas mórbidas, a contratada deverá informar ao Setor de Vigilância Sanitária Municipal, que disponibilizará a vaga a outro animal.

44/72

v) Será de responsabilidade da licitante contratada, quando houver ocorrências de mordeduras e arranhões de animais (gatos e cachorros) em humanos; da avaliação e triagem, procedendo o monitoramento por 10 dias; deve-se averiguar a existência de proprietário ou guardião responsável para que se proceda em acordo com o veterinário responsável, a captura e apreensão, ficando isolado, apenas com alimentação (comida e água) até a liberação pela contratada.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A previsão das secretarias para contratação do objeto, durante o período de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, é a que segue:

Item	Descrição	Quantidade
------	-----------	------------



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

1	Orquiectomia Cachorro (Macho), incluso medicamentos pré e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	50
2	Ovário-Histerectomia Cachorro - (Fêmea), incluso medicamentos pré e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	100
3	Orquiectomia Gato (Macho), incluso medicamentos pré e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	50
4	Ovário-Histerectomia Gato (Fêmea), incluso medicamentos pre e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	60
5	Diária de Internação - Eventual	50
6	Consulta	100
7	Raio x	50
8	Ultrassom	50
9	Raspado de pele (sarna)	50
10	Hemograma	100
11	Meloxicam 0,2mg	20
12	Meloxicam 0,5mg	20
13	Meloxicam 2mg	20
14	Meloxicam 2%	20
15	Dipirona 500mg/ml	20
16	Prednisona 5mg	50
17	Prednisona 20mg	50
18	Carpoflan 25mg	50
19	Carpoflan 75mg	50
20	Carpoflan 100mg	30

45/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

21	Fosfato sódico de prednisona 3mg/ml	30
22	Dexametasona 4mg/ml 2,5ml	30
23	Tramadol 100mg/2ml	100
24	Metadona 10mg/ml	100
25	Morfina 10mg/ml	100
26	Ondansetrona 2mg/ml 4ml	100
27	Citrato de maropitant 10mg/ml	30
28	Cetoconazol 25mg	100
29	Cetoconazol 50mg	100
30	Cetoconazol 100mg	100
31	Amoxicilina com clavulanato de potássio 200mg/50mg	50
32	Doxiciclina 80mg	100
33	Doxiciclina 200mg	100
34	Cefalexina 75mg	100
35	Cefalexina 300mg	100
36	Cefalexina 500mg	100
37	Ceftriaxona 1g	50

46/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

38	Enrofloxacin 50mg	50
39	Enrofloxacin 150mg	50
40	Omeprazole 10mg	50
41	Sarolaner 5mg	10
42	Sarolaner 10mg	10
43	Sarolaner 20mg	10
44	Sarolaner 40mg	10
45	Sarolaner 80mg	10
46	Sarolaner 120mg	10
47	Lotilaner 56,25 mg	10
48	Lotilaner 112,5mg	10
49	Lotilaner 225mg	10
50	Xampu com clorexidina a 2%+ miconazol a 2,5%-200 ml	10
51	Xampu com peroxido de benzoila 3,5g/ glicerina 1,03g (em 100ml)	10
52	Vacina antirrábica	100
53	Cetamina 10%	10
54	Xilazina 2%	10
55	Acepran 0,2%	10
56	Diazepam 10mg/2ml	10
57	Propofol 10mg/ml	10

47/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

58	Gabapentina 50mg	50
59	Isoflurano	10
60	Sulfato de atropina 0,5mg/ml	30
61	Epinefrina 1mg/ml	100
62	Noraepinefrina 1mg/ml + A94	10
63	Cloreto de potássio 19,1% 10ml	10
64	Glicose 50% 10ml	100
65	Seringa 1ml	400
66	Seringa 5ml	400
67	Equipo macrogotas	300
68	Cateter intravenoso	300
69	Solução de cloreto de sódio 0,9% 500ml	200
70	Solução de ringer com lactato 500ml	150
71	Vacina viroses cães	200
72	Vacina viroses gatos	200
73	Teste leishmaniose	50

48/72



Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

O controle de zoonoses é fundamental para a prevenção e redução de doenças transmissíveis entre animais e seres humanos. Zoonoses como a raiva, leishmaniose, leptospirose e toxoplasmose representam sérios riscos à saúde pública, podendo causar surtos, internações e até óbitos. Além disso, o controle eficaz dessas doenças contribui para: Proteger a saúde da população, especialmente em áreas vulneráveis com maior exposição a animais infectados; evitar epidemias e surtos, que geram altos custos para o sistema de saúde; promover o bem-estar animal, prevenindo o sofrimento de animais domésticos e silvestres; conservar o equilíbrio ambiental, ao monitorar e controlar populações animais que podem se tornar vetores de doenças. Essas quantidades são necessárias com base na quantidade de animais que serão atendidos e também alicerçado nas quantidades utilizadas nos contratos anteriores.

Portanto, manter um programa de vigilância e controle de zoonoses é uma estratégia preventiva que beneficia toda a sociedade, promovendo saúde, segurança e qualidade de vida.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

49/72

Para o objeto em questão foram feitas pesquisas de acordo com os parâmetros da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 16/2026, isto é, no PNCP bem como com pesquisa de preços com fornecedores do Município.

Justifica-se que a pesquisa de preço feita diretamente com os fornecedores se deu em razão de que eles também participam de licitações, bem como tem o objetivo de movimentar a economia local.

Justifica-se ainda as pesquisas realizadas em sites, laboratórios e farmácias em razão de, mesmo com quase 20 consultas em licitação apresentadas junto ao PNCP, alguns itens não foram encontrados.

Por fim, justifica-se a ausência de 3 orçamentos em alguns itens devido a falta destes no PNCP, porém, como alguns orçamentos foram encontrados, optou-se por fazer a média apenas com os orçamentos do PNCP, sem compô-los com preços da internet.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

Após levantamento junto ao PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas) e consulta direta junto aos fornecedores e sites para itens similares aos que serão contratados, chegou-se a seguinte estimativa de preços:

Item	Descrição	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média
01	Orquiectomia Cachorro (Macho), incluso medicamentos pré e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	244,18	190,00	265,00	233,06
02	Ovário-Histerectomia Cachorro - (Fêmea), incluso medicamentos pré e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	280,00	293,33	310,00	294,44
03	Orquiectomia Gato (Macho), incluso medicamentos pré e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos, colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diária	228,04	200,00	145,00	191,01
04	Ovário-Histerectomia Gato (Fêmea), incluso medicamentos pre e pós operatório, procedimento cirúrgico, anestésicos,	250,00	245,00	270,00	255,00

50/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

	colar elisabetano, demais materiais e uma (1) diári				
05	Diária de Internação - Eventual	80,00	100,00	80,83	86,94
06	Consulta	91,50	75,00	122,36	96,28
07	Raio x	258,69	150,00	216,15	208,28
08	Ultrassom	271,37	250,00	200,00	240,45
09	Raspado de pele (sarna)	140,00	62,67		101,33
10	Hemograma	80,00	54,33	35,00	56,44
11	Meloxicam 0,2mg	62,00	19,75	77,50	53,08
12	Meloxicam 0,5mg	19,42	22,36	13,75	18,51
13	Meloxicam 2mg	47,15	3,35	28,93	26,47
14	Meloxicam 2%	54,00	113,36	99,00	88,78
15	Dipirona 500mg/ml	0,17	11,76	18,77	10,23
16	Prednisona 5mg	0,37	0,75	0,10	0,40
17	Prednisona 20mg	0,37	0,75	0,30	0,47
18	Carpoflan 25mg	4,81	5,64	3,61	4,68
19	Carpoflan 75mg	0,91	3,92	6,88	3,90
20	Carpoflan 100mg	7,90	4,63	8,77	7,10
21	Fosfato sódico de prednisona 3mg/ml	20,23	7,97	9,16	12,45
22	Dexametasona 4mg/ml 2,5ml	14,98	22,01	21,46	19,48
23	Tramadol 100mg/2ml	46,93 (desconsiderado)	0,36	1,52	0,94
24	Metadona 10mg/ml	3,94	1,97	2,17	2,69
25	Morfina 10mg/ml	2,80	1,23		2,01
26	Ondansetrona 2mg/ml 4ml	1,64	1,16		1,40
27	Citrato de maropitant 10mg/ml	38,90	35,00		36,95
28	Cetoconazol 25mg	1,54	0,45	2,09	1,36
29	Cetoconazol 50mg	1,54	0,45	2,09	1,36

51/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

30	Cetoconazol 100mg	0,45	1,54	2,09	1,36
31	Amoxicilina com clavulanato de potássio 200mg/50mg	1,77	2,65	4,73	3,05
32	Doxiciclina 80mg	0,82	0,34		0,58
33	Doxicilina 200mg	0,82	0,34	4,52	1,89
34	Cefalexina 75mg	0,67	0,85	1,35	0,95
35	Cefalexina 300mg	0,67	0,85	1,35	0,95
36	Cefalexina 500mg	0,67	0,85	1,35	0,95
37	Ceftriaxona 1g	4,52	10,04		7,28
38	Enrofloxacin 50mg	18,49	13,13	16,52	16,04
39	Enrofloxacin 150mg	30,95	34,08		32,51
40	Omeprazol 10mg	8,59 (desconsiderado)	0,05	0,06	0,05
41	Sarolaner 5mg	94,34	119,50	120,00	111,28
42	Sarolaner 10mg	94,34	119,50	120,00	111,28
43	Sarolaner 20mg	94,34	119,50	120,00	111,28
44	Sarolaner 40mg	94,34	119,50	120,00	111,28
45	Sarolaner 80mg	94,34	119,50	120,00	111,28
46	Sarolaner 120mg	94,34	119,50	120,00	111,28
47	Lotilaner 56,25 mg	71,89	95,03	80,55	82,49
48	Lotilaner 112,5mg	71,89	95,03	80,55	82,49
49	Lotilaner 225mg	71,89	95,03	80,55	82,49
50	Xampu com clorexidine a 2%+ miconazol a 2,5%- 200 ml	27,00	48,69	14,90	30,19
51	Xampu com peroxido de benzoíla 3,5g/ glicerina 1,03g (em 100ml)	27,00	48,69	14,90	30,19
52	Vacina antirrábica	14,87	26,25	26,66	22,59
53	Cetamina 10%	45,96	179,36	195,19	140,17

52/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

54	Xilazina 2%	15,30	26,16	85,16	42,20
55	Acepran 0,2%	31,28	231,00 (desconsiderado)	32,07	31,67
56	Diazepan 10mg/2ml	1,49	0,09	0,12	0,56
57	Propofol 10mg/ml	98,96	21,00	83,18	67,71
58	Gabapentina 50mg	2,14	2,19	2,51	2,28
59	Isoflurano	200,00	294,50	139,50	211,33
60	Sulfato de atropina 0,5mg/ml	18,16	11,95		15,05
61	Epinefrina 1mg/ml	1,45	1,51		1,48
62	Noraepinefrina 1mg/ml + A94	3,11	3,07	6,20	4,12
63	Cloreto de potássio 19,1% 10ml	34,32	1,05		17,68
64	Glicose 50% 10ml	0,72	1,29	0,62	0,87
65	Seringa 1ml	0,18	0,18	0,23	0,19
66	Seringa 5ml	0,23	0,37	0,30	0,30
67	Equipo macrogotas	0,91	1,01	1,24	1,05
68	Cateter intravenoso	0,84	1,00	0,65	0,83
69	Solução de cloreto de sódio 0,9% 500ml	5,34	34,32 (desconsiderado)	2,95	4,14
70	Solução de ringer com lactato 500ml	6,85	6,76	7,07	6,89
71	Vacina viroses cães	49,40	16,54	26,25	30,73
72	Vacina viroses gatos	16,54	26,25		21,39
73	Teste leishmaniose	131,67	82,63	88,35	100,88

53/72

Id contratação PNCP: 83021873000108-1-000692/2025 – Município de São Lourenço D'Oeste

Id contratação PNCP: 46587275000174-1-000392/2025 – Município de Sete Barras

Id contratação PNCP: 01613428000172-1-000189/2025 – Município de Luzerna

Id contratação PNCP: 88185020000125-1-000158/2025 – Município de Sapucaia do Sul



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

Id contratação PNCP: 45276128000110-1-002259/2025 – Município de Araraquara

Id contratação PNCP: 45358249000101-1-001178/2025 – Município de São Carlos

Id contratação PNCP: 82892316000108-1-000154/2025 – Município de Palhoça

Id contratação PNCP: 45358249000101-1-001172/2025 – Município de São Carlos

Id contratação PNCP: 76282680000145-1-000136/2025 – Município de Marialva

Id contratação PNCP: 09164716000107-1-000042/2025 – Município de Brejo dos Santos

Id contratação PNCP: 24791154000107-1-000217/2025 – Município de São João do Paraíso

Id contratação PNCP: 95995247000100-1-000075/2025 – Município de Arvoredo

Id contratação PNCP: 55293427000117-1-000325/2025 – Município de Presidente Epitacio

Id contratação PNCP: 10476365000140-1-000032/2025 – Fundo Municipal de Saúde de Itatiaia

Id contratação PNCP: 11354232000164-1-000098/2025 – Fundo Municipal de Saúde de Damianópolis 54/72

Id contratação PNCP: 09105181000195-1-000028/2025 – Fundo Municipal de Saúde de Formosa

Id contratação PNCP: 76105618000188-1-000390/2025 – Município de Campo Largo

Id contratação PNCP: 76105618000188-1-000387/2025 - Município de Campo Largo

Id contratação PNCP: 18008193000192-1-000145/2025 – Município de Paraguaçu

Id contratação PNCP: 18677591000100-1-000250/2025 – Município de Extrema

https://www.amazon.com.br/MELLIS-10COMP-AVERT-Multi-color/dp/B09BM6DFFS/ref=asc_df_B09BM6DFFS?mcid=a35131dea43f3ff59c7769ab1482dacf&tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=709857462912&hvpos=&hvnetw=g&hvrnd=12291452597093053759&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&hvdvcmdl=&hvlocint=&hvlocphy=20105&hvtargid=pla-2015059294930&psc=1&language=pt_BR&gad_source=1 Acesso em 16/07/2025

https://www.vitaliambiental.com.br/caes/maxicam-injetavel-0-2-20ml?srsId=AfmBOorv3wtSVqFRkyZ6nWc6PagGobzy48yzlyoAeiUv_kAsgJPpAd8P Acesso em 16/07/2025

https://www.cobasi.com.br/carproflan-14-comprimidos-agener-3133949/p?srsId=AfmBOorwDMyst9FOklWfwcFlv_km1YkROixUI0_YkD2aGGVe6fVwgqB Acesso em 16/07/2025



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

https://www.petz.com.br/produto/carproflan-agener-uniao-25mg-14-comprimidos?gad_source=1&gad_campaignid=20509740695&gclid=Cj0KCQjwm93DBhD_ARIsADR_DjFhMQci7BMMvKaWnWSsOxpN_gIIqf7aSRcejOzeY1FRfEtNui_oUNoaAiWyEALw_wcB Acesso em 16/07/2025

https://www.petlove.com.br/kit-agener-uniao-anti-inflamatorio-carproflan-25-mg-e-suplemento-alimentar-procart-60-comprimidos-kit/p?campanha=dsa-todos-produtos-search&gad_source=1&gad_campaignid=799721160&gclid=Cj0KCQjwm93DBhD_ARIsADR_DjFfqawiHiMyDG6NmTJuk32aUvbUuiTV77cgNEWcled945xScMDqvM8aAo4NEALw_wcB Acesso em 16/07/2025

https://www.amazon.com.br/Biodex-Anti-inflamat%C3%B3rio-para-gatos-Comprimidos/dp/B0DQR2W7Z1/ref=asc_df_B0DQR2W7Z1?mcid=3b094941bae335278f9a77ea2ebc0f96&tag=googleshopp00-20&linkCode=df0&hvadid=709857462912&hvpos=&hvnetw=g&hvrand=13244622874567333936&hvpone=&hvptwo=&hvqmt=&hvdev=c&hvdvcmdl=&hvlocint=&hvlocphy=20105&hvtargid=pl-a-2393261806749&psc=1&language=pt_BR&gad_source=1 Acesso em 16/07/2025

https://www.magazineluiza.com.br/carprofen-75mg-vansil/p/cbjaka730h/pe/vetp/?&seller_id=flashvet&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=79726&utm_campaign=google_eco_per_ven_pla_mer_apo_3p_mercado-csp&utm_content=&partner_id=79726&gclid=Cj0KCQjwm93DBhD_ARIsADR_DjEYR1Y_7ytON2Pb3iIZc7ph99k8qqEyM6qSixUs_cN2niODu2vUhSdsAvSUEALw_wcB Acesso em 16/07/2025

55/72

https://www.vitaliambiental.com.br/carproflan-75mg-14comp?gad_source=1&gad_campaignid=22273276291&gclid=Cj0KCQjwm93DBhD_ARIsADR_DjEfb64Ki17ahSzMJTy-rkAWSHdKF88XB7sarRt-fp02FUYz6NK9aukaAk-TEALw_wcB Acesso em 16/07/2025

https://www.cobasi.com.br/anti-inflamatorio-carproflan-100-mg-3133965/p?srsltid=AfmBOor_u_bjXgWQYJWXgJTUNCCfaE-MV731pe5fCYfb47JftQDuDbt_ Acesso em 16/07/2025

https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1744760049-anti-inflamatorio-carproflan-100mg-ces-envio-imediato-_JM#polycard_client=search-nordic&position=31&search_layout=grid&type=item&tracking_id=0d06c917-254b-495c-b34c-2e8ce1ba8ae3&wid=MLB1744760049&sid=search Acesso em 16/07/2025

<https://www.petlove.com.br/anti-inflamatorio-agener-uniao-carproflan-100-mg/p> Acesso em 16/07/2025

Pesquisa realizada diretamente no site das seguintes farmácias e laboratórios: Infim, CliqueFarma, Drogaria Rosário, Cmed, Agrotech, Magazine Luiza, Petlover, Zoetis Revolution, Extrafarma, Qualidoc.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

Vetcura Centro Veterinário e Estética Animal CNPJ: 47.718.727/0001-72, Lidiane Boareto Scapini Eireli CNPJ: 36.140.950/0001-69 e Clínica e Comercio de Produtos Veterinários Quiben LTDA CNPJ: 04.326.683/0001-22.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução que melhor atende às necessidades das Secretarias Municipais e dos Fundos Municipais, bem como a que traz maiores ganhos do ponto de vista da economicidade e do interesse público é o Registro de Preços do objeto licitado, por meio de Pregão Eletrônico com o objetivo de realizar futuras aquisições de forma parcelada do item, de acordo com a necessidade do Município.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A execução do objeto por ser técnica e economicamente viável será realizada de forma parcelada, ou seja, conforme demanda do município. Outrossim, devido à natureza divisível do objeto, a licitação será do tipo “menor preço por item”, permitindo assim a ampla participação de licitantes e maximização da concorrência, objetivando maior economia às contratações que se originarem do processo licitatório e melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.

56/72

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Reduzir a população de cães e gatos em situação de rua e prevenir doenças zoonóticas por meio de ações de castração, vacinação, educação e vigilância sanitária. Redução no número de animais abandonados e número de animais resgatados e recolhidos. Controle da natalidade de cães e gatos. Prevenção de zoonoses como raiva e leishmaniose. Aumento da conscientização da população, Participação em campanhas educativas. Monitoramento e controle de zoonoses Casos notificados e tratados. Reduzir a população de cães e gatos em situação de rua e prevenir doenças zoonóticas por meio de ações de castração, vacinação, educação e vigilância sanitária.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO DE CASTRAÇÕES E ZOONOSES

Não existem providências prévias à contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade desta demanda.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

1 Geração de resíduos e descarte inadequado; resíduos cirúrgicos e agulhas geram lixo biomédico perigoso que, se não for tratado corretamente, pode contaminar solo e água, além de oferecer risco de infecções e acidentes; Plásticos descartáveis (seringas, luvas, embalagens) acabam em aterros ou são incinerados, liberando micropartículas e poluentes.

2. Emissões toxicas pela incineração; A incineração de resíduos médicos libera cinzas toxicas e gases poluentes (dióxido de carbono, toxinas persistentes), que podem contaminar o ar e águas subterrâneas; Cinzas sem barreiras adequadas podem infiltrar contaminantes no solo e no lençol freático.

3. Contaminação por resíduos farmacêuticos; Medicamentos veterinários (antiparasitários como ivermectina, antibióticos) persistem no ambiente, afetando plantas, microrganismos do solo e provocando resistência em patógenos; O descarte inadequado de sobras e embalagens contamina ecossistemas aquáticos e terrestres, com efeitos tóxicos sobre fauna e flora;

57/72

4. O uso de materiais de consumo único (plásticos, agulhas, embalagens) aumenta a pegada de carbono do projeto. Mesmo com iniciativas de reciclagem, grande parte é enviada para incineração ou aterros.

5. Anestésicos como gases de efeito estufa; Gases anestésicos (isoflurano, sevoflurano, óxido nitroso) utilizados em cirurgias são potentes gases estufa. Sem tecnologia de recaptura, são liberados no ambiente.

6. Risco de "efeito vazio" e mobilidade animal; após castrações, áreas podem ser recolonizadas por novos animais não esterilizados — exigindo repetição continua das ações. Isso implica mais intervenções, gerando mais resíduos e gastos.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

Diante do exposto, foi possível concluir que os estudos preliminares evidenciaram pela possibilidade de contratação do item descrito acima, bem como adequada às necessidades desta Administração.

Por fim, havendo a previsão e viabilidade financeira, entende-se como viável e razoável a contratação por meio de processo licitatório descrito neste ETP para atender ao interesse público.

Vargem Bonita/SC, 25 de JUNHO de 2025.

ANY GABRIELLY BASILIO DE ALMEIDA

CHEFE DE SETOR – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PREGÃO ELETRÔNICO N. 003/2025
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.008/2025)

ANEXO II – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) REGISTRO COMERCIAL, NO CASO DE EMPRESA INDIVIDUAL, OU
- b) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR DEVIDAMENTE REGISTRADO, EM SE TRATANDO DE SOCIEDADE COMERCIAL E, NO CASO DE SOCIEDADE POR AÇÕES, ACOMPANHADO DE DOCUMENTOS DE ELEIÇÃO DE SEUS ADMINISTRADORES, OU
- c) INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, NO CASO DE SOCIEDADES CIVIS, ACOMPANHADA DE PROVA DE DIRETORIA EM EXERCÍCIO, COM AS ALTERAÇÕES.
- d) DECRETO DE AUTORIZAÇÃO E ATO DE REGISTRO OU AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO EXPEDIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE, TRATANDO-SE DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS, QUANDO A ATIVIDADE ASSIM O EXIGIR.

59/72

2 - REGULARIDADE FISCAL E JURÍDICA:

- A) PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA (CNPJ), ATUALIZADA;
- B) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO (DE ACORDO COM A PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751 DE 02/10/2014);
- C) PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA ESTADUAL;
- D) PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL DA SEDE DO PROPONENTE, OU OUTRA EQUIVALENTE, NA FORMA DA LEI;



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

E) PROVA DE REGULARIDADE RELATIVA AO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS);

F) PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), NOS TERMOS DO TÍTULO VII-A DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943;

3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL, COM DATA DE EXPEDIÇÃO DE ATÉ 60 (SESSENTA) DIAS OU SE TRATANDO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL DESDE QUE ENCAMINHE PLANO DE RECUPERAÇÃO APROVADO E HOMOLOGADO JUDICIALMENTE.

b) COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DESTES EDITAL, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO, EMITIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, NO QUAL SE ATESTE QUE A EMPRESA EXECUTOU A QUALQUER TEMPO, SERVIÇOS SEMELHANTES A ESTES QUE ESTÃO SENDO LICITADOS.

60/72

c) CERTIDÃO DE REGULARIDADE COM O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA CRMV/SC COM CÓPIA DE GUIA DE PAGAMENTO DE ANUIDADE JÁ PAGA, JUNTO AO ÓRGÃO COMPETENTE;

d) APRESENTAR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIO DE PROFISSIONAL HABILITADO JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA PARA QUE REALIZEM OS PROCEDIMENTOS VETERINÁRIOS ESTABELECIDOS NO CONTRATO.

4 – DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) DECLARAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, SOB AS PENAS DA LEI, QUE ATENDE AO DISPOSTO NO INCISO VI, DO ARTIGO 68, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, QUE SE REFERE AO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE EMPREGADOS, TRABALHADORES MENORES DE DEZOITO ANOS REALIZANDO TRABALHOS NOTURNOS, PERIGOSOS E INSALUBRES, E DE MENORES DE DEZESSEIS ANOS TRABALHANDO EM QUALQUER TIPO DE FUNÇÃO, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, A PARTIR DOS QUATORZE ANOS.

b) DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, CONFORME ANEXO IV – MODELO DA CARTA DE PREPOSTO



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

- c) DECLARAÇÃO EXPRESSA DA EMPRESA LICITANTE, SOB AS PENAS CABÍVEIS, QUE NÃO EXISTEM QUAISQUER FATOS IMPEDITIVOS DE SUA HABILITAÇÃO E QUE A MESMA NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA POR ATO DO PODER PÚBLICO DE VARGEM BONITA, OU QUE ESTEJA TEMPORARIAMENTE IMPEDIDA DE LICITAR, CONTRATAR OU TRANSACIONAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL OU QUAISQUER DE SEUS ÓRGÃOS DESCENTRALIZADO.
- d) DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA CONHECE NA ÍNTEGRA O EDITAL E SE SUBMETE ÀS CONDIÇÕES NELE ESTABELECIDAS.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PREGÃO ELETRÔNICO N. 003/2025
(Processo Administrativo n.008/2025)

ANEXO III – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. /2025

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA**, com sede na Rua Coronel Vitório, centro, na cidade de Vargem Bonita/SC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.536.938/0001-84 neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NADIR PONTIN. portador da matrícula funcional nº 2100 considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n. ____/2025, publicada no de/...../202....., Processo Administrativo n. ____/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
CNPJ/MF:	
CEP:	
E-MAIL:	
CONTATO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
ENDEREÇO: CPF: RG:	
CONTATO:	
CPF: RG:	
CONTATO:	

62/72

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de castração cirúrgica de cães e gatos, incluindo exames pré-operatórios, anestesia, procedimento cirúrgico, medicamentos pós-operatórios, destinados a animais de rua, comunitários, semidomiciliados ou pertencentes a famílias de baixa renda e/ou protetores independentes cadastrados, no âmbito do Município de Vargem Bonita/SC, conforme as especificações, condições e quantitativos estimados neste documento e seus anexos, nos termos da Lei n. 14.133/2021, conforme condições e exigências estabelecidas no contrato, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE 1: CASTRAÇÃO				R\$
ITEM	DESCRIÇÃO	Quantidade	Média	Valor Total
		e		
01	X	X	X	
02	X	X	X	
03	X	X	X	
04	X	X	X	
05	X	X	X	
06	X	X	X	
07	X	X	X	
08	X	X	X	
09	X	X	X	
10	X	X	X	
11	X	X	X	
12	X	X	X	
...	X	X	X	

2.2. O órgão gerenciador será a Secretaria de Saúde.

3. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO/PAGAMENTO

INTEGRA ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO, TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL “PL008/2025.FMS – PE003/2025.FMS” COM AS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO MEDIANTE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO, CONFORME ITEM 4.1.

3.1. O prazo para entrega será de até 10 (dez) dias, a contar da data da solicitação, mediante requisição interna/AF.

3.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.3. O contrato decorrente deste procedimento terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

3.4. A Contratada deverá prestar garantia conforme disposto no artigo 26 da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3.6. O pagamento será feito no prazo de até 10 (dez) dias mediante apresentação das Notas Fiscais, devidamente atestada pelo responsável no acompanhamento e recebimento dos produtos/serviços, acompanhados de relatório assinado pelo responsável técnico da empresa;

3.7. O pagamento será efetuado mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou por boleto bancário.

3.8. Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 103/2023 e IN RFB nº 1.234/2012, os documentos fiscais emitidos para o Município de Vargem Bonita e seus fundos deverão ter destacados nas “Informações Complementares” o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte (conforme percentual por natureza do bem fornecido/Serviço prestado, previsto no Anexo I do Decreto 103/2023) e que este seja deduzido em fatura ou eventual boleto para pagamento.

3.9. A retenção não se aplica às empresas optantes pelo simples Nacional, instituições de Assistência social e educação sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, recreativas, culturais, científicas e às associações civis, situação essa que deverá ser destacada nas informações complementares.

64/72

3.10. A retenção não se aplica às empresas optantes pelo simples Nacional, instituições de Assistência social e educação sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, recreativas, culturais, científicas e às associações civis, situação essa que deverá ser destacada nas informações complementares.

3.11. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a autorização de fornecimento, descrevendo o serviço prestado, LOCAL, a quantidade, preço unitário, preço total e número da autorização de fornecimento.

3.12. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

3.13. Deverá ser emitida nota fiscal em nome do Município de Vargem Bonita, com a seguinte descrição: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA/SC, CNPJ nº 10.536.938/0001-84, com sede na Rua Coronel Vitório, 966, centro, Vargem Bonita/SC, CEP 89.675-000.**

3.14. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição.



4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no DOM, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação 4.7, observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital* poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

66/72



5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

67/72

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

68/72

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

69/72



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL*.

10.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

11. ANTICORRUPÇÃO

11.1. É vedado às Partes receberem uma da outra quaisquer recursos, gratificações ou recompensas vinculadas ao exercício de alguma atividade fraudulenta durante a execução do presente Contrato ou de qualquer relação negocial que tenham ou venham a ter, obrigando-se às Partes a tomar todas as medidas necessárias para impedir tais fatos e a levar ao conhecimento da Parte contrária, mediante notificação por escrito, eventuais ações de seus representantes, funcionários ou prepostos que infrinjam tal disposição. A notificação a que se refere a presente redação deverá ser enviada à Parte interessada tão logo a notificante tome conhecimento dos fatos.

11.2. Incluem-se nas ações vedadas por este dispositivo, sem prejuízo de outras:

- a) Oferecer, dar ou concordar em dar a qualquer empregado, agente, funcionário ou representante da Parte contrária gratificação, comissão ou outra espécie de pagamento ou compensação, por praticar, deixar de praticar, ter praticado ou deixar de ter praticado qualquer ato relacionado à obtenção ou execução de qualquer Contrato com a Parte;
- b) Oferecer, dar ou concordar em dar a qualquer empregado, agente, funcionário ou representante da Parte contrária gratificação, comissão ou outra espécie de pagamento ou compensação para que estes



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

se posicionem ou deixem de se posicionar favorável ou desfavorável a qualquer pessoa com relação ao presente Contrato ou a qualquer relação negocial que tenham ou venham a ter.

11.3. As partes declaram que não praticaram qualquer das ações descritas no primeiro item desta cláusula, seja perante empregado, agente, funcionário ou representante da Parte contrária, ou do funcionalismo público

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

13. FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Catanduvas/SC para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

71/72

Vargem Bonita/SC, de de 2025.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
VARGEM BONITA
NADIR PONTIN
Prefeito Municipal
ÓRGÃO CONTRATANTE**

NOME DA EMPRESA
Nome do representante legal
Cargo
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: ELIANE BATISTA
CPF:

Nome:
CPF:

Fiscais:

Nome: X
Matricula:

Nome: X
Matricula:



Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

FMS DE VARGEM BONITA
PREGÃO ELETRÔNICO N. 003/2025
(Processo Administrativo n.008/2025)

ANEXO IV – Modelo da Carta de Preposto

PROCESSO LICITATÓRIO N°:
OBJETO:

Por meio deste instrumento, a _____ nomeia e constitui seu (sua) PREPOSTO (a) o(a) Sr.(a) _____, carteira de identidade n°. _____, expedida pela _____, inscrito (a) no CPF sob o n°. _____, com _____ endereço _____ na _____, para exercer a representação legal junto ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA/SC, com poderes para receber ofícios, representar a contratada em reuniões e assinar respectivas atas - obrigando a contratada nos termos nela constantes, receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, podendo o mesmo ser contatado pelos seguintes meios:

72/72

Telefone fixo:

Telefone celular:

E-mail:

DECLARAMOS ainda que se houver alterações dos contatos os mesmos serão informados para os e-mails: compras@vargembonita.sc.gov.br e licitacao@vargembonita.sc.gov.br.

_____, em ____ de _____ 2025.

(nome e assinatura do responsável legal)
(n° RG)